

NA SUPREMA CORTE, UMA DIFÍCIL ESCOLHA*

ADHEMAR FERREIRA MACIEL**

*Juiz federal em Minas Gerais e professor da
Faculdade de Direito Milton Campos, de Belo
Horizonte, MG.*

Nos Estados Unidos (Const. art. II, seção 2.2), como no Brasil (CF, art. 118, parág. único), a nomeação de um juiz para a Suprema Corte fica presa à aprovação prévia pelo Senado Federal do nome indicado pelo Presidente da República.

Mas, grande é a diferença em matéria de repercussão nacional nos dois países. Aqui, mal se sabe da indicação. Ela, praticamente, passa despercebida até mesmo às pessoas ligadas ao Judiciário. Quando muito a notícia aparece num canto qualquer de uma revista ou em jornais. Não há destaque.

Nos Estados Unidos isso não ocorre. Por causa da importância que a Suprema Corte tem na vida política do Estado e sobretudo no dia-a-dia do americano comum, a indicação costuma trazer as mais acirradas e acesas polêmicas. Gastam-se bons dólares em campanha pró e contra o candidato. Procura-se, por todos os meios suasórios, influenciar os senadores na aprovação ou rejeição do indicado.

O Senado, através de sua Comissão Judiciária, pode, inclusive, submeter o candidato a uma verdadeira sabatina ideológica e política, revirando pelo avesso sua vida particular e pública. Precaução justificável, vez que um "justice", além de ter peso nos destinos da pátria e de seu povo, é "vitalício" no sentido amplo da palavra, só perdendo o cargo através de **impeachment**.

* Especial para o CORREIO

Mal o **chief justice** (presidente) da Suprema Corte comunicou; por telefone, à Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República que o quase octagenário Lewis F. Powell havia formalizado seu pedido de aposentadoria, começou o reboião na Casa Branca.

Powell, durante seus 15 anos de Corte (Nixon: 1971), se caracterizou por ser o verdadeiro fiel da balança entre os pratos "conservador" e "liberal". Daí ter dito com acerto o professor Paul Gewirtz, da Faculdade de Direito de Yale, que a vaga deixada por Powell não era apenas "mais uma". Na verdade, essa vaga "é o fulcro da próxima geração do direito constitucional americano".

Nos próprios bastidores do Executivo, antes que o presidente Reagan oficializasse a indicação de um nome, travou-se uma batalha entre o chefe do Gabinete Civil. Howard Baker, e Edwain Meese, o **Attorney General** (Misto de "procurador-geral da República" e "ministro da Justiça"). Meese propendia pela indicação do senador republicano Orrin Hatch, de Utah. Já Baker – que acabou vitorioso – insistia no nome de Robert H. Bork, juiz federal da Corte de Apelação do Distrito de Colúmbia (Washington), conhecido por seu pensamento e decisões centro-direitistas.

Bork, além de sua idade favorável (60 anos), conta com boa experiência e tem larga folha de serviços prestados ao país (seu papel no caso Watergate foi fundamental, vez que demitiu o **Special Prosecutor** Archibald Cox). Além do mais, é conceituado professor de Direito Público da Universidade de Yale.

Dos nove magistrados da Suprema Corte, Reagan já nomeou dois (O'Connor e Scalia). Agora indica o terceiro. Corre até o risco de indicar mais um, vez que dois dos baluartes da ala liberal se acham com a saúde física comprometida, além de se avizinharem dos oitenta anos: Thurgood Marshall, de 79 anos, que sofre do coração, foi recentemente hospitalizado por causa de coágulo sanguíneo no pé; Harry Blackmun,

com 78, vai se submeter, agora em setembro, a uma operação de próstata.

Daí se percebe a importância da aprovação ou não do nome de Robert Bork pelo Senado. O equilíbrio da balança, quase sempre dado por Powell, poderá ser rompido e se inclinar durante décadas para a direita. Essa a razão por que se estima em 20 milhões de dólares os gastos pró e contra Bork, que começará a ser sabatinado pela Comissão do Judiciário no dia 15 de setembro.

No sistema jurídico anglo-americano, devido ao instituto do **stare decisis**, as Cortes inferiores de justiça têm que seguir aquilo que for estatuído pela Suprema Corte. A Suprema Corte, à evidência, como se dá com nosso Supremo no referente às suas Súmulas, pode mudar de orientação e revogar aquilo que ela mesma havia firmado antes.

Por se conhecer a posição clara e definida de Robert Bork, já se sabe de antemão que ele, se nomeado for, lutará pela revogação de decisões importantes no campo dos direitos e garantias individuais, como a do "Aborto" (**Roe v. Wade**, de 1973) e a da proibição de se rezar nas escolas públicas.

Em artigo publicado em "Humanities", transcrito pela revista "Diálogo" (nº 2, volume 20, 1987), Bork insiste numa Corte menos ativista. Prega a fidelidade à "intenção original" dos Constituintes de 1787. Argumenta que os juízes não-originalistas, sobretudo por influência de teóricos do Direito Constitucional, quando julgam inconstitucionais atos do Executivo e do Legislativo, tendem a impor sua própria moral. Com isso se afastam dos limites impostos pela Constituição, que é a lei das leis e passam, sob o manto de proteção a direitos das minorias, a ditar suas próprias vontades àqueles que foram eleitos pelo povo (Executivo e Legislativo).

Robert Bork, no artigo mencionado ("O que Pretendiam os Fundadores"), diz a corta altura:

Os juízes que se puserem a aplicar uma moralidade em evolução para invalidar uma lei democraticamente promulgada estarão, na verdade, impondo sua própria moralidade ao resto dos norte-americanos e chamando-a de Constituição.

As palavras de Bork valem como advertência, mas não podem ser seguidas **ad litteram** sob pena de estiolamento daquilo que de mais original e precioso os americanos, há duzentos anos atrás, legaram ao mundo jurídico-político: um Judiciário independente, capaz, ainda que também submetido ao sistema dos freios e contrapesos, de inquirir de nulidade atos dos outros dois Poderes.

Assim, é bom que haja na Casa de John Marshall, ao lado da corrente dos "originalistas", também a dos "não-originalistas", caso contrário a unidade se refletirá em toda Nação, com prejuízo para toda a Humanidade.